

EXPRESSÕES DE PODER: O PALÁCIO DE CRISTAL PORTUENSE NA PRIMEIRA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA (1934)

EXPRESSIONS OF POWER: THE CRYSTAL PALACE OF PORTO ON THE FIRST PORTUGUESE COLONIAL EXHIBITION

Vera Lúcia da Silva Braga Penetra Gonçalves¹

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
verabg.ha@gmail.com

RESUMO

O Palácio de Cristal Portuense serviu, desde a sua inauguração em 1865, como palco para alguns dos mais importantes eventos nacionais. Entre estes merece destaque a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, enquadrada na ideologia do Estado Novo e realizada no Porto em 1934. O presente artigo procura, assim, traçar as principais linhas desta mostra, sobretudo naquilo que respeita à análise do recinto e das transformações aí implementadas através de soluções arquitetónicas efémeras. A atualização da fachada oitocentista do Palácio, para além de responder ao próprio gosto da época, pode também revelar-se como uma primeira necessidade e intenção de adaptação do edifício.

A análise aqui apresentada parte de uma revisão bibliográfica e de um cruzamento entre fontes hemerográficas e iconográficas, como forma de contribuir para o estudo da história do Palácio de Cristal, escolhido como montra para a demonstração política e ideológica do regime em 1934.

PALAVRAS-CHAVE

Exposição Colonial Portuguesa | Estado Novo | 1934 | Palácio de Cristal | Porto

ABSTRACT

Since its inauguration in 1865, the Crystal Palace of Porto has served as the stage for some of the country's most important events. The First Portuguese Colonial Exhibition, held in that building in 1934 during the Estado Novo regime remains as one of the most notorious. This article aims to analyze the main characteristics of that expo, highlighting the enclosure and the transformations it suffered through ephemeral architectural solutions. The redesign of the palace facade not only mirrors the aesthetic taste of its time but can also serve as the first example of the necessity to readapt the building.

The analysis shown is based on a bibliographic revision and is a result of crossing hemerographic and iconographic sources as a mean to contribute to the study of Porto's Crystal Palace, a showcase for political and ideological demonstrations in the regime of 1934.

KEYWORDS

Portuguese Colonial Exhibition | Estado Novo | 1934 | Crystal Palace | Porto

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, associadas às Exposições Internacionais, surgiram também mostras dedicadas a expor as realidades coloniais. Não obstante as primeiras incluíssem já secções orientadas para a exibição dos produtos das possessões dos vários países chamados a participar, apenas na década de 1880 se terá assistido à sua autonomização, como consequência da ascensão do colonialismo imperial (Sánchez-Gómez, 2013: 3).

Organizados com vista a atingir diferentes propósitos — comerciais, pedagógicos, científicos, entre outros — é inegável o importante papel que estas apresentaram do ponto de vista propagandístico, servindo como forma de legitimação da expansão territorial e afirmação dos nacionalismos. Assiste-se, assim, a uma proliferação de exposições coloniais por todo o território europeu, americano e até mesmo africano, que se prolongariam pelo século XX, com o seu auge na década de 1930. A *Exposition Coloniale Internationale et des Pays d’Outre Mer*, realizada em Vincennes (Paris), entre maio e novembro de 1931, merece destaque neste contexto, sendo apontada como modelo para aquelas que lhe sucederam.

Portugal marcou presença neste evento com quatro pavilhões projetados por Raul Lino (1879-1974), com

uma linguagem historicista que procurava remeter para as arquiteturas seiscentistas. A construção ficou a cargo da empresa *Roiland et Frères* (Neto, 2017: 265). A divisão da representação portuguesa ter-se-á devido às condições do terreno, fragmentado em várias parcelas, o que resultaria na edificação de dois pavilhões para a Secção Histórica (corpo A e B), um para a Secção Etnográfica e um para a Secção Metropolitana e Comercial, acrescentando-se, por fim, uma pequena construção dedicada à prova de vinhos e à imprensa.

Naquilo que respeita à conceção do interior, considerado de grande importância para a sedimentação da mensagem do conjunto arquitetónico, resolveu-se a abertura de um concurso, a pedido da Sociedade Nacional de Belas Artes, do qual saíram vencedores Martinho da Fonseca (1890-1972), Abel Manta (1888-1982), Dórdio Gomes (1890-1976), Lino António (1898-1974), António Soares (1894-1978), Jorge Barradas (1894-1971), Canto da Maia (1890-1981), Francisco Franco (1885-1955), Diogo de Macedo (1889-1959) e, ainda, do suíço Friedrich Kradolfer (1903-1968) (Neto, 2017: 275), alguns dos quais marcariam, mais tarde, presença na Exposição do Porto.

ANTECEDENTES: A EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA DE 1894

É dentro deste panorama que, em 1934, se realiza na cidade do Porto a Primeira Exposição Colonial Portuguesa. No entanto, este título não deixou de levantar algumas dúvidas, uma vez que já em 1894, aquando das Comemorações Henriquinas — como forma de celebração do nascimento do Infante D. Henrique (1394) —, se havia realizado, no recinto do Palácio

de Cristal, a Exposição Insular e Colonial, com o apoio da Sociedade de Geografia (Sampaio, 1893: 4). O evento foi presidido e inaugurado, a 2 de março, pelo rei D. Carlos (1863-1908).

Esta iniciativa visava, pois, objetivos semelhantes à mostra de 1934, apresentando uma forte carga pedagógica

1. Mestre em História da Arte, Património e Cultura Visual na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o projeto de dissertação subordinado ao tema do Palácio de Cristal Portuense.

e uma procura de revitalização nacional. Relembre-se que o país havia passado por tempos conturbados, marcados pelo Ultimato inglês em 1890 que colocaria em causa o próprio regime monárquico (Ribeiro, 1993: 337).

O convite para a exposição estendia-se aos Arquipélagos dos Açores e Madeira, a Cabo Verde, a S. Tomé e Príncipe, a Angola, a Moçambique, a Macau e à Guiné (Samodães, 1893a: 2), numa clara procura de afirmação territorial e poderio colonial. Foi, assim, organizado um certame comercial, industrial e agrícola, dividido em onze secções, que tinha como objetivo “fazer conhecer, o mais exactamente possível, o estado

de adiantamento actual, sob qualquer d’aquelles aspectos, tanto das nossas colonias como das ilhas adjacentes” (Sem Autor, 1893: 6) e a promover os estudos coloniais, como uma forma de melhorar a economia nacional através do melhor conhecimento e exploração dos seus recursos (Samodães, 1893b: 18).

As Comemorações foram ainda marcadas por cortejos e pelo lançamento da primeira pedra para o Monumento ao Infante D. Henrique, da autoria de Tomás da Costa (1861-1932), após vencer o concurso lançado pela Sociedade de Instrução do Porto.

A PRIMEIRA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA DE 1934

Inserida no contexto sociopolítico do Estado Novo, a Exposição de 1934 funcionava como uma forma de demonstração da coesão e unidade do regime, podendo ser interpretada como um ponto de partida para uma série de comemorações por este levadas a cabo: Reconstituição de Lisboa Antiga (1935), Exposição do Ano X da Revolução Nacional (1936), Exposição Histórica da Ocupação (1937), Exposição do Mundo Português (1940); contando-se, ainda, a participação nas Exposições Universais de Paris (1937), de Nova Iorque (1939) e de São Francisco (1939).

Por outro lado, esta mostra tem lugar após a publicação do Ato Colonial. Promulgado pelo Decreto-lei 18.570, de 18 de julho de 1930, ainda antes da revisão constitucional de 1933, demonstrava a necessidade de rever a política colonial, que deveria agora assentar sobre princípios de integração dos domínios ultramarinos, reforçando-se as ligações, sobretudo de cariz económico, entre estes e a Metrópole, aspetos que vinham já sendo explorados desde 1926 e saíam reforçados com a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina, ambas de 1933.

Seria precisamente nesse mesmo ano que se publicava, em *Diário do Governo*, o Decreto-lei 22.987, de 28 de agosto, no qual se assume de forma clara a intenção de realizar na cidade do Porto a Primeira Exposição

Colonial Portuguesa “oficialmente patrocinada” (Carmona, 1933: 1380), definindo-se aí os seus objetivos: “A Exposição será organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da ação colonizadora portuguesa, os recursos e atividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações comerciais entre as várias partes da Nação” (Carmona, 1933: 1380).

Compreende-se aqui o carácter pedagógico que se procurava daí resultar, sendo a sua principal preocupação dar a conhecer aos habitantes da Metrópole a realidade colonial nas suas múltiplas vertentes. Deve notar-se que se considerava haver uma insuficiente educação colonial, o que resultava num desconhecimento generalizado por parte da população acerca da importância dos territórios ultramarinos não só do ponto de vista histórico, mas também das suas potencialidades futuras e contributos para o desenvolvimento da Nação (Monteiro, 1934: 6).

Como defendia Henrique Galvão (1895-1970) — nomeado diretor técnico da Exposição de 1934 —, Portugal não era um país pequeno, o que vinha já sendo afirmado nos discursos do Ministro das Colónias, Armindo Monteiro (1896-1955), sublinhando-se que o Império português ocupava uma extensão de 2.172.500 quilómetros espalhados pelos quatro continentes (Monteiro, 1934: 6). Esta ideia daria origem a uma das mais paradigmáticas

imagens divulgadas pelo Estado Novo: um mapa em que se sobrepunham as colónias portuguesas ao continente Europeu, mostrando-se qual a verdadeira dimensão e poder do país.

Do mesmo modo, pretendia-se também criar uma maior proximidade entre os colonos e o continente, sendo que os seus costumes e cidadãos deveriam funcionar como uma forma de exemplo para os habitantes do Ultramar (Monteiro, 1933a: 109).

DE PALÁCIO DE CRISTAL A PALÁCIO DAS COLÓNIAS

Não obstante a escolha do Porto não surja como óbvia neste contexto, a iniciativa vinha já a ser discutida desde 1931 pelo Movimento Pró-Colónias. Fundado por membros da Associação Industrial Portuense, da Associação Comercial do Porto, do Centro Comercial do Porto, da Liga Agrária do Norte, da Associação Comercial dos Lojistas, do Ateneu Comercial e do Clube dos Fenianos Portuense, tinha já como objetivo a organização de uma mostra colonial, fim para o qual se estabeleceu o pagamento de quotas.

Henrique Galvão acrescentava ainda dois fatores concorrentes para esta decisão: por um lado, o norte constituía a região do país com uma maior atividade industrial e comercial; por outro lado, considerava-se que a propaganda nesta área do território estava a ser descurada (Galvão, 1934: 7).

Neste contexto, podemos já aqui contar instituições e nomes de importante relevo para a concretização deste acontecimento. O supracitado Decreto-lei 22.987, de 28 de agosto, estabelecia como Comissão Organizadora da Primeira Exposição Colonial Portuguesa os presidentes das já referidas instituições — António Cálem (1888-1963), da A.C.P., o Engenheiro Xavier Esteves (1864-1944), da A.I.P. e José da Fonseca Menéres (1876-1974), da L.A.N. —, a que se juntavam o diretor da Agência Geral das Colónias — Júlio Garcez de Lencastre (1882-1970) —, o diretor das Feiras de Amostras Coloniais — Capitão Henrique Galvão —, o chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias — João Mimoso Moreira (1892-1978) —, representantes da Sociedade Anónima da Exposição Colonial Nacional (Carmona, 1933: 1380) — Manuel Caetano de Oliveira (-), Ricardo Spratley (1881-1966), Jorge de Viterbo Ferreira (1898-1948) —, bem como a

própria Câmara Municipal do Porto, sob a presidência do Dr. Alfredo de Magalhães.

Entre os treze artigos que compunham o documento estabelecia-se ainda o valor atribuído pelo Estado para a concretização da Exposição, constituindo este um total de 700.000\$. Eram ainda concedidos créditos às Colónias destinados à sua preparação: Estado da Índia, 7.000 rúpias; Macau, 7.000 patacas; Moçambique, 100.000\$; Angola, 70.000\$; Cabo Verde, 30.000\$; Guiné, 30.000\$ (Carmona, 1933: 1381).

Os preparativos da Exposição foram acompanhados pela própria cidade, que deveria estar preparada para dar resposta ao elevado número de visitantes que se esperava aí acorrer. Nos periódicos o número de anúncios aumentava de forma proporcional à aproximação da data de inauguração, dando informações acerca de hotéis, pensões e transportes, não só na cidade como também nos seus arredores. Neste contexto, a imprensa tomaria um importante papel, cobrindo os principais momentos do evento e dedicando muitas das suas páginas à análise e discussão de assuntos coloniais. O *Comércio do Porto* publicou entre junho de 1934 e setembro do mesmo ano um total de cinquenta e nove números de um periódico distribuído gratuitamente, O *Comércio do Porto — Colonial*, ao mesmo tempo que Henrique Galvão dirigia a revista *Ultramar: Órgão Oficial da I Exposição Colonial*, publicada entre fevereiro e outubro.

À época da Exposição, o Palácio de Cristal continuava a ser o principal, se não mesmo o único, espaço propício à realização de eventos de grande envergadura na cidade. O seu edifício, conjugado com os amplos espaços verdes mostrava-se, assim, como o terreno

adequado para traduzir o poder do regime, sobretudo naquilo que dizia respeito à reconstituição das aldeias coloniais. A decisão, tomada a 27 de outubro de 1933, é, como tal, apontada como o principal fator que conduziu à compra do recinto pela Câmara Municipal do Porto em fevereiro de 1934, tendo para o efeito contraído um empréstimo de dois mil e quinhentos contos à Caixa Geral de Depósitos (Azevedo, 2003: 23).

A Exposição, que inaugurou a 16 de junho de 1934, prolongando-se até 30 de setembro do mesmo ano, implementou algumas adaptações no espaço, que atualizariam a sua imagem. As obras necessárias foram sendo acompanhadas pela comissão organizadora, contando também com as visitas de António de Oliveira Salazar (1889-1970), para o lançamento da primeira pedra, e de Óscar Carmona (1869-1951), o qual marcou presença na abertura oficial da mostra.

Embora sejam diversos os relatos existentes acerca da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, distribuídos pelas muitas fontes bibliográficas, a sua leitura não pode ser feita sem um cruzamento com as imagens, sobretudo as imagens em movimento captadas por Aníbal Contreiras (1898-1993), que nos permitem conhecer perspetivas que nem sempre são possíveis através dos registos fotográficos. Efetivamente, a imagem e a imagem em movimento — algumas das vezes de forma até intencional — adquirem neste período uma vertente publicitária, numa fase em que este formato se encontrava ainda em desenvolvimento (Estrela, 2004: 78), pelo que serão meios amplamente explorados pela organização da Exposição. Aníbal Contreiras ficava assim encarregue pelo registo cinematográfico, enquanto a cobertura fotográfica oficial caberia a Domingos Alvão (1872-1956).

Naquilo que respeita ao seu planeamento, a Exposição contemplava três secções que se distribuíam pelo espaço, onde se incluía também o Quartel do Batalhão de Metralhadoras n.º 3: I) Secção Oficial; II) Secção Particular; III) Atrações e concessões (Exposição Colonial Portuguesa, 1934: 3).

Neste contexto, e não tendo como intuito reproduzir uma visita guiada à Exposição, focar-nos-emos sobre os seus principais pontos, particularmente aqueles que respeitam às alterações impressas ao recinto. Estas não se prenderam apenas com aspetos materiais, sendo aplicadas também ao nível da toponímia. O

Palácio de Cristal, agora Palácio das Colónias, passava a funcionar como uma miniaturização do próprio Império, marcada por arruamentos que remetiam para a realidade colonial.

A entrada fazia-se, assim, pela Praça do Império, marcada ao centro pelo Monumento ao Esforço Colonizador Português. Da autoria de José Sousa Caldas (1894-1965) e do Alferes Ponce de Castro (-), destacava-se pela sua acentuada verticalidade obtida através da conjugação de corpos retangulares, rematados ao centro pelas armas nacionais. Para esta noção contribuíam de igual modo as seis esculturas alegóricas que, elevadas pela base do Monumento, o rodeiam como forma de representação dos responsáveis pela colonização do Ultramar e símbolo da missão portuguesa. Esculpidas de forma semelhante, algo estilizada, erguem a cabeça, criando uma força oposta à dos braços colocados para baixo com as mãos cerradas e apenas podem distinguir-se através dos seus atributos talhados no peito: a Mulher é identificada pelos seios, o Militar pela espada, o Missionário pela cruz, o Comerciante pelo caduceu, o Agricultor por uma espiga de trigo e uma foice e o Médico pelo bastão de Asclépio. Para enquadrar o Monumento procedeu-se a um arranjo do jardim de entrada, desenhando-se nos canteiros de flores os contornos dos territórios coloniais.

Na década de 1980, a Câmara Municipal do Porto, sob a presidência de Paulo Vallada (1924-2006), procedeu à recuperação da escultura de Sousa Caldas e Ponce de Castro e sua posterior trasladação para a também denominada Praça do Império, na Foz, onde se mantém até aos nossos dias. Não nos foi possível, porém, até à data, averiguar se a obra colocada nos jardins do Palácio das Colónias apresentava já um carácter definitivo, ou se, à semelhança do Padrão dos Descobrimentos realizado para a Exposição do Mundo Português, se tratava apenas de um modelo que depois foi passado para granito.

A composição do Monumento ao Esforço Colonizador Português encontrava uma estreita ligação com a própria linguagem com que Henrique de Mouton Osório (-) desenhara o Palácio das Colónias. A fachada norte, composta por cinco corpos, assumia, deste modo, uma linguagem *Art Déco* — popularizada pela *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, de Paris (1925) e divulgada pela imprensa (Pacheco, 1996: 16) –, através da



Fig. 01. Monumento ao Esforço Colonizador na Praça do Império, Porto; 2018 (fot. de Ricardo Gramaxo).



Fig. 02. Fachada principal do Palácio das Colónias durante a Primeira Exposição Colonial Portuguesa; 18x24; Arquivo Histórico Municipal do Porto (Autor desconhecido).

geometrização das volumetrias e da sua depuração ornamental, característica de uma fase já avançada deste movimento.

A verticalidade do corpo central escalonado conjugava-se com a horizontalidade dos dois corpos laterais, rasgados pela galeria do piso térreo e a varanda do segundo nível. A rematar o conjunto encontravam-se um elefante, no lado direito, e uma pirâmide escalonada, no lado esquerdo.

Com efeito, os materiais empregues nestes revestimentos efémeros permitiam uma maior liberdade no trabalho das formas, abrindo um campo de experimentação aos Arquitetos e Engenheiros. Tal torna-se particularmente evidente quando observamos a fenestração arquivada do segundo piso, aberta a toda a largura dos corpos laterais, sem qualquer tipo de elementos estruturais a interromper.

O *PROGREDIOR* oitocentista passava agora a *PA-LÁCIO DAS COLÓNIAS* e na fachada podiam ler-se duas datas — 1415 e 1934 —, marcando o início da diáspora portuguesa com a conquista de Ceuta e o tempo presente, da Exposição, que se esperava marcar “o início da expansão económica, intensiva e refletida, por toda a terra portuguesa de Aquém e de Além-Mar” (Sem Autor, 1934: 3).

Por outro lado, a fachada sul, voltada para o lago, assumia uma linguagem que se articulava com as representações das aldeias que ocupavam esta área dos jardins. Observa-se aqui o recurso a materiais à primeira vista mais perecíveis, enquanto a decoração recorre à repetição de motivos geometrizes.

A entrada na Exposição, propriamente dita, era feita através da Sala Histórica, onde se traduzia ao visitante a história da expansão portuguesa, através de três planisférios luminosos representativos das viagens marítimas, das viagens terrestres e explorações e da expansão da raça e da língua portuguesa (Exposição Colonial Portuguesa, 1934: 6).

Entre múltiplos documentos e objetos, ganhava destaque pela sua posição central, o túmulo que, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Serra, em Goa, havia guardado os restos mortais de Afonso de Albuquerque (1453-1515). O segundo Vice-Rei e Governador da Índia parece assumir, assim, um papel de relevo dentro da Exposição, por ser considerado como o primeiro grande colonizador: “Foi ele que, antes de mais ninguém, compreendeu o caráter eminentemente civilizador da colonização; e, embora procurando proteger o comércio nacional, o melhoramento do estado jurídico e espiritual dos nativos era sua preocupação constante [...]” (Monteiro, 1933b:



Fig. 03. Nave Central do Palácio das Colónias durante a Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934); 18x24; Arquivo Histórico Municipal do Porto (Autor desconhecido).

26). Neste sentido, ocupava também um lugar de destaque nos jardins, através da escultura de Diogo de Macedo (1889-1959) criada para a Exposição de Paris e colocada na Rua de Tete do Palácio das Colónias. À semelhança do que aconteceria com o Monumento ao Esforço Colonizador Português, também a escultura de Afonso de Albuquerque seria recuperada e colocada no Largo de D. João III, no Porto.

A linguagem arquitetónica escolhida para a fachada principal prolongava-se no interior. As colunas de secção circular erguiam-se sobre uma base poligonal cuja forma se repetia no capitel, remetendo para a configuração dos padrões dos descobrimentos, cujo exemplar podia ser visto à entrada do Palácio, onde foi colocado o Padrão de Diogo Cão. As anteriores balaustradas em ferro forjado do Palácio de Cristal foram também substituídas por guardas completamente tapadas. Este processo foi documentado por Domingos Alvão, podendo observar-se numa das fotografias por si captadas a estrutura interna das colunas

antes de receberem o revestimento. A abóbada da nave foi também tapada com painéis da autoria de José Magalhães (-), José Roberto dos Santos (-) e Manuel de Oliveira (-) (Serén, 2001: 107), onde eram representadas cenas da vida colonial.

Diorama, mapas, fotografias de grande formato, esquemas, gráficos, frases curtas, mapas, vitrinas, manequins em tamanho real e maquetas eram distribuídos pela nave central, onde se podia observar a tentativa de criar espaços diferenciados dedicados às muitas temáticas a abordar: Povoamento Europeu, Política Indígena, Ensino Colonial, Instrução nas Colónias, Medicina e Higiene, Assistência Espiritual, Navegação, Portos, Caminhos-de-ferro, Automobilismo, Comunicações, Instituições de Crédito, Urbanização, Comércio, Assistência Científica, Arte Indígena.

Entre os vários elementos dispersos pela nave central destacamos, quer pela sua dimensão, quer pelo seu lugar atual na cidade, a representação, em gesso, da

Navegação de Portugal (Rocha, 1934: 1), que ficaria imortalizada como Homem do Leme — hoje instalada na Avenida Montevideu, na Foz. O escultor Américo Gomes (1880-1964) ergueu sobre um pedestal a figura de um marinheiro que, com o seu oleado que esvoaça ao vento, parece lutar contra a força do mar, o que é salientado pela posição do corpo e forma como segura o leme da embarcação que não vemos. Esta obra encomendada por Henrique Galvão seria apreciada não só pela sua perícia plástica, mas sobretudo pelo simbolismo que nela se inculcava, constituindo,

nas palavras de Hugo Rocha “o símbolo da vontade portuguesa” (Rocha, 1934a: 1).

As naves laterais, seguindo a mesma configuração, destinavam-se à representação dos expositores coloniais (à direita) e da Metrópole (à esquerda), podendo aí encontrar-se elementos relacionados com Pecuária, Agricultura e Florestas, Produtos de Subsolo, Indústrias Coloniais, bem como a Sala Militar e a Agência Geral das Colónias.

OS JARDINS E A RECONSTITUIÇÃO DAS ALDEIAS COLONIAIS

Contrapondo-se a este carácter mais museológico do Palácio das Colónias, os jardins adquiriam uma feição mais recreativa. A Avenida das Tílias, agora rebatizada como Avenida da Índia, continuava a ser o principal eixo organizador do espaço, funcionando como uma das áreas de maior importância pela colocação de reproduções de dois dos principais monumentos das colónias construídos no contexto da expansão portuguesa: o Arco dos Vice-Reis da Índia (Goa), colocado no topo norte, e o Farol de Nossa Senhora da Guia (Macau), no limite sul.

Entre os vários divertimentos ganhava destaque o Luna Parque que se dividia entre a Rua da Praia e a Avenida de Moçambique. Semelhante a uma Feira Popular os visitantes podiam ali usufruir de uma série de diversões, de que as imagens nos destacam os pequenos barcos que passeavam num lago artificial. Ainda junto à entrada lateral do Palácio das Colónias, podia ver-se o Parque Zoológico onde se mostravam espécies de animais exóticos e selvagens vindos de África. Com efeito, eram elementos como estes que alargavam o público a que se destinava o evento, ao invés de o direcionar apenas para uma elite letrada. Como afirma Luísa Marroni, “o público vai à exposição, ao encontro do *outro* [...], incentivado pela propaganda ambígua que, por um lado, convida para um espetáculo típico de parque de diversões e, por outro, para uma *verdadeira lição de colonialismo*” (Marroni, 2013: 73).

Ainda neste contexto, deve sublinhar-se o Cinema Balanta, na Avenida da Índia, que servia a dupla função de exhibir filmes e servir de palco de festas para as representações preparadas pelos indígenas. Em contrapartida, o Teatro Gil Vicente do Palácio de Cristal, seria alvo de grandes adaptações, por forma a servir como Teatro da Exposição. O antigo, caracterizado como “pesado, poeirento, inestético, desconfortável, frio, agressivo”, transformara-se num espaço “leve, airoso, sedutor — coquette mesmo” (Edurisa, 1934: 3), ficando Amélia Rey Colaço (1898-1990) encarregue da sua reinauguração. O Teatro abriu portas a 15 de julho com a fantasia colonial *Viagem Maravilhosa*, protagonizada por Estevão Amarante (1894-1951), Robles Monteiro (1888-1958), Raul de Carvalho (1901-1984), Maria Clementina (-) e Vanise Meireles (-).

O recinto da Exposição encontrava-se ligado à Rua da Restauração através do cabo aéreo, um engenho que inaugurou a 04 de agosto (Rocha, 1934b: 2) e que muita curiosidade suscitou, em parte devido à sua tardia abertura. Semelhante a um teleférico permitia uma visita rápida por vários pontos da mostra, como se de uma viagem pelo mundo se tratasse. Para o mesmo efeito servia também um pequeno comboio que, mediante um pagamento externo ao bilhete da Exposição, permitia percorrer o recinto.

Por outro lado, o cariz educativo não era aqui descuidado, devendo neste ponto destacar-se a Capela de



Fig. 04. Aldeia de Timor durante a Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934); 18x24; Arquivo Histórico Municipal do Porto (Autor desconhecido).

Carlos Alberto, na qual se instalou a representação da obra *Missionária*. Às religiosas que cumpriam a sua função no interior do espaço religioso — agora adaptado a espaço museológico — juntavam-se grupos escultóricos em madeira, da autoria de António Pereira da Mota (-) (Sem Autor, 1934a: 2), dispostos em torno do edifício, como forma de representação da ação civilizadora das Irmãs Franciscanas Hospitalarias Portuguesas e das Irmãs de S. José de Cluny junto dos colonos.

Ao seu caráter eminentemente pedagógico associava-se a vertente comercial e industrial das grandes feiras internacionais, pelo que se distribuíam pelos jardins inúmeros *stands*. Estes funcionavam, assim, como uma miniaturização do panorama económico nacional, sobretudo do norte do país, animando o recinto com os seus pavilhões aleatoriamente distribuídos (Serén, 2001: 104). A linguagem ensaiada nestes exemplares de arquiteturas efémeras traduz o gosto modernizante da época, mas também um ecletismo de soluções, onde se destaca quer a linearidade das formas, quer a sua conjugação com superfícies curvas ou elementos que nos podem remeter para a arquitetura de outros tempos. Não deve, porém, esquecer-se que alguns pavilhões optariam também por recorrer a formas que

invocavam outros territórios, como a reprodução de um pagode chinês ou as formas orientalizantes utilizadas no salão de *Chá Celeste*, o que se associa aqui à própria função a que se destinava.

No entanto, o aspeto que mais pessoas chamou à Exposição — como confirmava Henrique Galvão após o seu encerramento — foi, indubitavelmente, a reprodução das Aldeias coloniais da Secção Etnográfica, efeito para o qual foram trazidos do Ultramar nativos que ficariam a habitar no Palácio das Colónias até ao final do evento — fulas, balantas, bijagós, hindus, timorenses. Recreavam-se, assim, ambiências estereotipadas das realidades coloniais, através de encenações da vida familiar, de costumes, representações artísticas ou até mesmo ao nível dos trajes, aspeto que não deixou de atrair uma grande curiosidade. Armindo Monteiro interpretava a nudez física destas pessoas como um espelho da sua nudez moral (Monteiro, 1933b: 107), refletindo, assim, o facto de a Metrópole ter uma missão civilizadora para com os povos conquistados.

Os vários aldeamentos encontravam-se espalhados pelos jardins do Palácio das Colónias, onde foram instaladas reconstituições das habitações próprias de

cada um dos territórios, nas quais se distingue o recurso a materiais perecíveis como a madeira ou o colmo.

A realidade aqui apresentada pode facilmente remeter-nos para o fenómeno dos *zoos humanos*, que respeita à exposição de pessoas consideradas diferentes pela sua raça, aparência ou por possuírem alguma patologia (Abbatista et. al., 2008: 341), uma prática comum entre o século XIX e primeira metade do século XX.

Para além de expostos, os colonos viram também a sua imagem difundida, quer através dos já referidos filmes, quer através de retratos, como aqueles que

foram produzidos por Eduardo Malta, por encomenda de Henrique Galvão, numa coleção de postais que pretendia representar cada um dos grupos presentes na mostra (Matos, 2006: 195). Alguns dos nativos permaneceriam no imaginário nacional, tornando-se verdadeiros ícones da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, como Rosinha, da Guiné, uma jovem cuja beleza conduziu a que lhe escrevessem sonetos e cuja imagem circulou através dos vários meios de comunicação, ou ainda o pequeno Augusto, uma criança bijagós, desde cedo tomada como mascote da mostra e de quem se fizeram sabonetes que serviam como recordação (Sem Autor, 1934b: 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Exposição encerrou a 30 de setembro de 1934, com um grande cortejo alegórico que percorreu as ruas do Porto desde a Foz do Douro até ao Palácio das Colónias. Este acontecimento conjugava, à semelhança de toda a mostra, o passado do Império Nacional, com figuras dos Descobrimentos, à atualidade, com a representação de produtos, animais e habitantes da Metrópole e suas colónias.

Mais do que a inauguração da nova política colonial levada a cabo pelo Estado Novo, a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, deveria funcionar como o reflexo do seu poder (Galvão, 1934: 6) e foram vários os meios utilizados pela organização para transmitir aos seus milhares de visitantes, nacionais e internacionais, a mensagem pretendida: cartazes, esquemas, encenações, cinema, teatro, experiências sensoriais, esculturas, reproduções arquitetónicas, congressos, entre tantos outros.

O evento terá contado com cerca de um milhão de visitantes, entre os quais se podem citar o Príncipe de Gales — futuro Eduardo VIII (1894-1972) —, Paul Tschoffen (1868-1961), Ministro das Colónias da Bélgica, o diretor do jornal *Le Temps* (Matos, 2006: 189),

entre tantos outros jornalistas e cidadãos estrangeiros e pessoas vindas das mais variadas partes do país. Contudo, Henrique Galvão chegaria a lamentar, na revista *Ultramar*, o facto de que muitos daqueles que acorreram à Exposição o fizeram apenas pelos seus divertimentos, não refletindo sobre os ensinamentos ali enunciados (Galvão, 1934: 1).

Não obstante este seu carácter marcadamente efémero, imagens captadas posteriormente, como no caso do filme de 1958, realizado por Manuel Guimarães (1915-1975), *A Costureirinha da Sé*, mostram-nos que houve elementos que se mantiveram nos jardins, como seria o caso das fontes de iluminação.

No entanto, podemos considerar que as experiências que se operaram no Palácio de Cristal e nos seus jardins, com destaque para o revestimento da fachada norte do edifício, para além de se ligarem às tendências arquitetónicas do tempo, traduzem sobretudo as necessidades de alteração e adequação que cada vez mais se vinham sublinhando, culminando na sua demolição em 1951 e substituição pelo Pavilhão dos Desportos desenhado pelo Arquiteto José Carlos Loureiro (n. 1935).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBATISTA, Guido et. al. — “Living Ethnological and Colonial Exhibitions in Liberal and Fascist Italia”. BLANCHARD, Pascal; BRIDGEMAN, Teresa — *Human Zoos: Science and Spectacle in the Age of Colonial Empires*. Liverpool: Liverpool University Press, 2008, 341-352.
- AZEVEDO, Ercílio de — *Porto 1934: A Grande Exposição*. Porto: Edição de Autor, 2003.
- Edurisa — “O Teatro da Exposição e o velho Teatro Gil Vicente”. *O Comércio do Porto — Colonial. Número Privativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, 28 (13 de julho de 1934)., 3.
- ESTRELA, Rui — *A Publicidade no Estado Novo. Volume I (1932-1959)*. Lisboa: Coleção Comunicando, 2004.
- Exposição Colonial Portuguesa, Porto — *Guia Oficial do Visitante da Exposição Colonial Portuguesa: contendo o roteiro, a planta completa da exposição e a lista dos expositores*. Segunda edição. Porto: [s.n.], 1934.
- GALVÃO, Henrique — “Entrevista de Henrique Galvão ao Jornal O Século”. *Ultramar: Órgão Oficial da I Exposição Colonial*, 2 (1934), 7.
- MARRONI, Luísa — “Portugal não é um país pequeno. A Lição de Colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934”. *História: Revista de Letras da Universidade do Porto*, IV Série, volume 3 (2013), 59-77.
- GONÇALVES, Vera — *Imagens e Memórias em Reconstrução: Do Palácio de Cristal Portuense ao Pavilhão Rosa Mota*. 2 Volumes. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pelo Professor Doutor Hugo Barreira e coorientada pela Professora Doutora Maria Manuela Pinto e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2018.
- MATOS, Patrícia Ferraz de — *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- MONTEIRO, Armindo — “O Mundo Português”. *O Mundo Português: Revista de Cultura e Propaganda, Arte e Literatura Coloniais*, 1 (1934), 6.
- _____ — “Diretrizes duma política ultramarina”. República Portuguesa; Ministério das Colónias — *Para uma Política Imperial: Alguns Discursos do Ministro das Colónias Doutor Armindo Monteiro*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, 1933a.
- _____ — “O Paiz dos quatro impérios». Discurso proferido na «Union Coloniale Française» em 14 de novembro de 1931, quando se instalou, em Paris, o Comité Franco-Portugais d'Etudes Coloniales” República Portuguesa; Ministério das Colónias — *Para uma Política Imperial: Alguns Discursos do Ministro das Colónias Doutor Armindo Monteiro*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, 1933b.
- NETO, Teresa — *Arquiteturas Expositivas e Identidade Nacional: Pavilhões de Portugal em Exposições Internacionais (1915-1970)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.
- PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira — *A Arquitetura Artes Déco no Porto*. Porto: Universidade do Porto, 1996. 2 Volumes. (Dissertação de mestrado).
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — “O Centenário Henriquino: Imagens e Ideologia”. *Impactum: Coimbra University Press*. (1993).
- ROCHA, Hugo — “O Símbolo da Vontade Portuguesa”. *O Comércio do Porto — Colonial. Número Privativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, 21 (1934a), 1.
- _____ — “Viagens pelas alturas: o mistério do cabo aéreo está, finalmente, desvendado...”. *O Comércio do Porto — Colonial. Número Privativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, 50 (1934b), 1.
- SAMODÃES, Conde de — “A Exposição”. *Revista da Exposição Insular e Colonial no Palacio de Crystal Portuense*, 1 (1893a), 2.
- _____ — “A Exposição e os Estudos Coloniaes”. *Revista da Exposição Insular e Colonial no Palacio de Crystal Portuense*, 3 (1893b), 18.
- SÁNCHEZ-GÓMEZ, Luis A. — “Human Zoos or Ethnic Shows? Essence and Contingency in Living Ethnological Exhibitions”. *Culture & History Digital Journal*, 2 (2013), 2-25.
- Sem Autor — “Regulamento da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894: Programma 31”. *Revista da Exposição Insular e Colonial no Palacio de Crystal Portuense*, 1 (1893), 6.
- Sem Autor — “As Missões Religiosas na Exposição”. *O Comércio do Porto — Colonial. Número Privativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, 11 (1934a), 2.
- _____ — “O Augusto de carne e osso multiplicou-se em Augustos de sabonete...”. *O Comércio do Porto — Colonial. Número Privativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, 35 (1934b), 2.
- SERÉN, Maria do Carmo — *A Porta do Meio: A Exposição Colonial de 1934. Fotografias de Domingos Alvão*. Porto: Centro Português de Fotografia / Ministério da Cultura, 2001.